



Prazo de Permanência de Exames e Laudos em Arquivo no Serviço Radiológico

É comum recebermos consultas de radiologistas de diversas partes do País preocupados com o considerável número de resultados de exames não retirados pelos pacientes.

ASSUNTO LEGAL

Já outros profissionais demonstram interesse em saber por quanto tempo a cópia do exame e respectivo laudo devem permanecer arquivadas no serviço, nos casos em que a via original tenha sido retirada pelo paciente.

Tais preocupações apresentam alguns aspectos:

- deixando de retirar o resultado, o paciente acometido de doença constatada no laudo poderá não conhecer o diagnóstico e, desta maneira, deixar de se submeter ao tratamento necessário;
- a não retirada dos resultados implica em acúmulo físico de papéis, problema que adquire maior proporção em serviços de grande porte;
- mesmo com a retirada do exame, o profissional e o próprio serviço podem ficar desguarnecidos em caso de eventual futura discussão judicial caso não mantenham em arquivo uma cópia do exame e do laudo.

A respeito do primeiro aspecto, entendemos que o serviço deve manter rígido controle sobre os resultados dos exames em geral, de tal forma que o médico responsável possa destacar os casos em que o diagnóstico demonstra risco à

saúde do paciente, a fim de que entre em contato com o médico requisitante ou com o próprio paciente.

Dessa forma, estar-se-á evitando os efeitos nocivos do desconhecimento do diagnóstico, permitindo que o médico requisitante adote as providências que entender conveniente frente ao caso.

Existe amparo para tanto no Código de Ética Médica, precisamente no art. 59, que dispõe:

“Capítulo V – Relação com pacientes e familiares:

É vedado ao médico (...)

Artigo 59 - Deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta ao mesmo possa provocar-lhe dano, devendo, nesse caso, a comunicação ser feita ao seu responsável legal.”

O segundo aspecto merece igual atenção.

Isso porque, muito embora cause o incômodo do acúmulo físico de papéis, o arquivo dos exames e seus resultados não retirados deve ser guardado no mínimo pelo prazo de 5 (cinco) anos. Nada impede também que o serviço opte pelo arquivo em meio

magnético, desde que fique assegurada a integridade e plena disponibilidade dos dados no momento necessário.

O prazo citado é o período de segurança no qual podem surgir eventuais demandas envolvendo a prática do ato médico e/ou seu resultado, caso em que o médico e o serviço poderão exercer sua defesa por meio das informações mantidas em arquivo. Além disso, após esse prazo, ocorrerá o fenômeno da prescrição, por força do qual o titular perderá o direito de promover ação judicial que tenha por objeto a realização do exame e confecção do laudo.

Entretanto, considerando as infindáveis possibilidades que normalmente permeiam as demandas judiciais, a prescrição pode ser consumada em prazo superior aos cinco anos contados da prática do ato médico, razão pela qual aconselhamos os serviços de diagnóstico a manterem por prazo maior apenas o arquivo magnético dos exames e laudos, prática que inclusive vem sendo utilizada em larga escala, notadamente nos maiores centros.

Por fim, resta abordar o terceiro aspecto da reflexão: a permanência em arquivo de cópia dos exames e laudos efetivamente retirados pelos pacientes.